

O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano VI | Volume 19 | Nº 56 | Boa Vista | 2024

<http://www.ioles.com.br/boca>

ISSN: 2675-1488

<https://doi.org/10.5281/zenodo.14346545>



REVISITANDO O BULLYING E CYBERBULLYING ESCOLAR SOB A ÓTICA JURÍDICA

Tâmi Cristiane de Souza Telles¹

Caroline Coelho Cattaneo²

Resumo

Os conceitos de bullying e cyberbullying fazem referência a um conjunto de violências variadas materializadas por um ou mais agressores, normalmente de modo repetido, no contexto escolar, no primeiro caso e em ambientes virtuais no segundo caso. A partir destes conceitos, o livro “Bullying e Cyberbullying Escolar: Responsabilidade Civil como Instrumento de Tutela da Personalidade” tem como tema realizar uma análise da responsabilidade civil como mecanismo jurídico para proteger os direitos da personalidade frente às práticas de bullying e cyberbullying no ambiente escolar. O objetivo do livro é examinar o instituto da responsabilidade civil em suas diversas funções e avaliar seu alcance na proteção da personalidade nos casos de intimidação sistemática no ambiente escolar. A pesquisa utiliza a metodologia hipotético-dedutiva, com abordagem bibliográfica e documental, baseada em legislações infraconstitucionais. A obra debate se a responsabilidade civil é suficiente e eficaz como mecanismo jurídico para proteger os direitos da personalidade em casos de intimidação sistemática no ambiente escolar, incluindo suas modalidades tradicionais e digitais (bullying e cyberbullying). Os autores concluem que a responsabilidade civil, por ser um instituto flexível e multidimensional, é adequada para tutelar a personalidade em casos de bullying e cyberbullying escolar, contudo, há uma necessidade de integrar essa abordagem com práticas educativas de prevenção, pois a ausência de uma conduta de caráter preventivo contra o bullying, aumenta essa violência de intimidação sistemática, intencional e repetitiva.

Palavras-chave: Bullying; Cyberbullying; Escola; Direito; Responsabilidade Civil.

Abstract

The concepts of bullying and cyberbullying refer to a set of varied forms of violence carried out by one or more aggressors, usually repeatedly, in the school context, in the first case, and in virtual environments in the second case. Based on these concepts, the book, “Bullying and Cyberbullying in Schools: Civil Liability as an Instrument for the Protection of Personality” focuses on analyzing civil liability as a legal mechanism to protect personality rights against bullying and cyberbullying practices in the school environment. The book aims to examine the institution of civil liability in its various functions and evaluate its effectiveness in safeguarding personality in cases of systematic intimidation in schools. The research employs a hypothetical-deductive methodology with a bibliographic and documentary approach, based on infraconstitutional legislation. The work explores whether civil liability is sufficient and effective as a legal tool to protect personality rights in cases of systematic school intimidation, including traditional and digital forms (bullying and cyberbullying). The authors conclude that civil liability, as a flexible and multidimensional legal institution, is suitable for protecting personality in cases of school bullying and cyberbullying. However, they emphasize the need to integrate this approach with preventive educational practices, as the absence of preventive measures against bullying exacerbates this form of systematic, intentional, and repetitive intimidation.

Keywords: Bullying; Civil Liability; Cyberbullying; Law; School.

¹ Advogada. Bacharel em Direito. Mestre em Ciências Jurídicas. Professora Mediadora da Vitru Educação. E-mail para contato: tamidesouzatelles@hotmail.com

² Advogada. Bacharel em Direito. Mestre em Educação. Professora da Universidade Estadual de Roraima (UERR). E-mail para contato: caroline.cattaneo@gmail.com



REVISITANDO O BULLYING E CYBERBULLYING ESCOLAR SOB A ÓTICA JURÍDICA

A violência escolar, em suas formas de bullying e cyberbullying, apresenta impactos profundos no desenvolvimento biopsicossocial de crianças e adolescentes. Essas práticas comprometem a dignidade e a autoestima das vítimas, sendo o cyberbullying ainda mais prejudicial devido à ampla disseminação e permanência dos conteúdos nocivos na internet. O ambiente escolar, sendo essencial para a formação da personalidade, exige atenção especial para enfrentar essas questões.

João Gabriel Yaegashi, advogado e mestre, e Cleber Sanfelici Otero, juiz federal e doutor, investigam como a responsabilidade civil pode ser aplicada para remediar e prevenir os danos causados por essas práticas. Os autores analisam a suficiência desse instituto jurídico na proteção dos direitos da personalidade, propondo medidas complementares que ampliem sua eficácia e alcance no contexto escolar.

O estudo adota uma metodologia hipotético-dedutiva, com abordagem bibliográfica e documental, embasada em marcos teóricos do Direito Civil e dos direitos da personalidade. A pesquisa utiliza legislações como a Lei Antibullying e o Marco Civil da Internet para compreender o tratamento jurídico dado ao bullying e cyberbullying no Brasil. Essa análise interdisciplinar conecta aspectos legais, sociais e educacionais.

Os resultados revelam que a responsabilidade civil é eficaz para reparar danos, mas sua aplicação preventiva ainda apresenta lacunas significativas. A falta de políticas públicas robustas e iniciativas educativas limita a proteção às vítimas. Contudo, os autores demonstram que, quando integrada a outras esferas de atuação, a responsabilidade civil pode promover a dignidade e reparar os prejuízos causados.

A obra de Yaegashi e Otero é uma contribuição relevante para o debate sobre violência escolar, combinando profundidade acadêmica e aplicação prática. Sinaliza uma referência para juristas, educadores e gestores públicos, ao reforçar a necessidade de abordagens interdisciplinares e preventivas para enfrentar os desafios do bullying e cyberbullying no ambiente escolar.

A violência escolar, especialmente na forma de bullying e cyberbullying, é uma questão global com impactos profundos sobre o desenvolvimento biopsicossocial de crianças e adolescentes. Com consequências psicológicas e físicas, essas práticas afetam os direitos fundamentais das crianças e adolescentes. O tema é relevante e atual, desafia os sistemas educacionais e jurídicos a encontrar soluções que protejam a personalidade e promovam ambientes escolares seguros.

"Bullying e Cyberbullying Escolar: Responsabilidade Civil como Instrumento de Tutela da Personalidade", de João Gabriel Yaegashi e Cleber Sanfelici Otero apresenta uma análise jurídica detalhada sobre o papel da responsabilidade civil na proteção contra a violência escolar. A obra é



especialmente relevante devido ao aumento dos casos de bullying digital e à necessidade de respostas eficazes por parte do ordenamento jurídico.

O livro é dividido em três capítulos, além de introdução e considerações finais. Cada capítulo aborda uma dimensão específica do problema, desde o conceito de intimidação sistemática até a aplicação prática da responsabilidade civil. A abordagem é interdisciplinar, combinando análises jurídicas, sociais e pedagógicas para oferecer uma visão abrangente do tema.

O capítulo inicial denominado de: Intimidação sistemática no âmbito escolar apresenta o problema do bullying e do cyberbullying como formas de violência sistemática, destacando sua prevalência no ambiente escolar. Os autores definem objetivos claros, como investigar a eficácia da responsabilidade civil na proteção dos direitos da personalidade, e justifica a pesquisa com base no aumento das práticas digitais de intimidação.

Nesse primeiro capítulo, os autores exploram as características e modalidades do bullying e cyberbullying. Define o bullying como uma prática recorrente de violência física ou psicológica, intencional e repetitiva, marcada por uma relação desigual de poder. O cyberbullying é descrito como uma extensão dessa prática no ambiente digital, agravada pela exposição e difusão massiva de conteúdo nocivo. São apresentados dados históricos e culturais, com destaque para a evolução do conceito e sua adaptação ao contexto brasileiro.

Além de explorar as características do bullying e do cyberbullying, o primeiro capítulo discute as causas multifatoriais dessas práticas, que incluem elementos psicológicos, socioeconômicos e culturais. Um ponto central é a análise da influência do ambiente escolar, tanto como cenário de ocorrência quanto como espaço de formação social. São apresentados dados que destacam o impacto negativo das práticas de intimidação sistemática no desenvolvimento biopsicossocial das vítimas, com ênfase na necessidade de compreender os papéis de agressores, vítimas e espectadores no ciclo de violência escolar.

O segundo capítulo intitulado de: A tutela da pessoa em face da intimidação sistemática escolar no ordenamento jurídico brasileiro discute a base legal para a proteção contra o bullying. Os autores analisam os princípios constitucionais de dignidade humana, direitos da personalidade, educação e conexão.

Com base nos dispositivos infraconstitucionais como Legislação civil pertinente, Código de Defesa do Consumidor, o Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto da Juventude, Lei Antibullying, Marco Civil da Internet e Lei de Proteção de Dados. Nesse capítulo é enfatizado o papel do Marco Civil da Internet na regulação das práticas digitais e na proteção das vítimas de cyberbullying.



O capítulo também reflete sobre como o bullying viola direitos da personalidade inerentes a individualidade da pessoa, a violência discriminatória que ataca pelo meio físico ou virtual, atinge a honra, o nome, a imagem, os dados, a integridade biopsíquica a liberdade e por vezes a vida.

Esse segundo capítulo analisa como as legislações infraconstitucionais específicas, como o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei Geral de Proteção de Dados, garantem que crianças e adolescentes sejam resguardados da violência física e digital. Ainda, evidencia que a legislação brasileira busca equilibrar direitos de privacidade e liberdade de expressão com medidas que assegurem a segurança e o bem-estar das vítimas de cyberbullying.

O capítulo terceiro é o núcleo da obra, nomeado de: A responsabilidade civil como mecanismo de tutela da personalidade por ocasião da intimidação sistemática escolar, no qual os autores aprofundam a análise da responsabilidade civil como ferramenta de proteção. Ele explora suas funções principais: preventiva, reparatória e punitiva.

Os agentes centrais responsáveis do bullying e cyberbullying, como as escolas (públicas e privadas), famílias e provedores de internet, ganham destaque e é discutida a importância de uma aplicação global das funções da responsabilidade civil para garantir a eficácia na proteção das vítimas.

Nesse capítulo, além de discutir as funções da responsabilidade civil, destaca a importância do envolvimento proativo das escolas na criação de políticas internas de prevenção e combate à intimidação sistemática. O ambiente escolar não deve ser apenas reativo aos casos de bullying, mas também um local de promoção de práticas educativas que reduzam a violência e fortaleçam a convivência harmoniosa. Por fim, o capítulo também apresenta a necessidade de regulamentações mais específicas para provedores de internet, reforçando seu papel como corresponsáveis no combate ao cyberbullying.

Nas considerações finais, os autores apresentam suas conclusões. Ele destaca que, embora a responsabilidade civil seja eficaz na reparação de danos, sua função preventiva ainda é subutilizada devido à ausência de políticas públicas adequadas. Ressalta a necessidade de um enfoque multidisciplinar para abordar as causas estruturais do bullying e cyberbullying.

Cada capítulo da obra é dividido em seções claras, permitindo uma análise profunda dos diferentes aspectos do bullying e cyberbullying. Por exemplo, no segundo capítulo, o autor explora modalidades como bullying verbal, físico, psicológico e virtual, detalhando como cada uma afeta as vítimas. No terceiro capítulo, são apresentados estudos de caso e análises legais para ilustrar como a legislação brasileira aborda o problema.

A obra é indicada para profissionais do Direito, educadores, gestores escolares e formuladores de políticas públicas. Ela oferece uma base sólida para entender o papel da responsabilidade civil na proteção contra a violência escolar. No entanto, uma crítica construtiva seria a falta de uma análise



comparativa com ordenamentos jurídicos de outros países, o que poderia enriquecer a discussão e fornecer insights adicionais.

Conclui-se que o livro é uma contribuição significativa para o estudo da violência escolar e da responsabilidade civil. Com uma abordagem interdisciplinar e análise detalhada, a obra oferece ferramentas teóricas e práticas para enfrentar o bullying e o cyberbullying. Conclui-se que embora haja desafios na implementação de medidas preventivas, a pesquisa destaca o potencial transformador da responsabilidade civil no fortalecimento da dignidade e dos direitos das vítimas.

REFERÊNCIA

YAEGASHI, João Gabriel; OTERO, Cleber Sanfelici. **Bullying e Cyberbullying Escolar: Responsabilidade Civil como Instrumento de Tutela da Personalidade**. Curitiba: Editora Juruá, 2023, 192 p.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano VI | Volume 19 | Nº 56 | Boa Vista | 2024

<http://www.ioles.com.br/boca>

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima